



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

PROTOCOLO SIC [REDACTED]

UNIDADE: Departamento de Trânsito - DETRAN

SECRETARIA: Secretaria de Planejamento e Gestão

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

DECISÃO OGE/LAI n.º 228/2016


1. Tratam os presentes autos de pedido dirigido ao Departamento de Trânsito – Detran, número SIC em epígrafe, solicitando acesso à cópia de documentação produzida por ocasião da lavratura de auto de infração.
2. Em resposta, o Detran orientou a interessada a buscar o serviço de atendimento. Em recurso hierárquico, reiterou a necessidade de se direcionar a outros canais de atendimento. Insatisfeita, a interessada apresentou recurso a esta Ouvidoria Geral, conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
3. Registre-se preliminarmente que em nenhum momento o órgão demandado manifesta-se sobre a existência ou a publicidade das informações solicitadas, limitando-se a redirecionar a cidadã aos canais de atendimentos para serviços. No entanto, a interessada por diversas vezes reitera sua solicitação, limitada ao acesso aos autos decorrentes da lavratura de auto de infração. Verifica-se, assim, que a solicitação não extrapola os limites de um requerimento de informação, não se tratando, como parece entender o órgão recorrido, de pedido de providências.
4. Cabe assinalar ainda que, diferentemente do que afirma o órgão, o Serviço de Informações ao Cidadão não pretende apenas disponibilizar “informações institucionais” das entidades públicas. Com efeito, o direito constitucional de acesso à informação, cristalizado no artigo 5º, inciso XXXIII, inclui também o acesso às informações de interesse meramente pessoal: “todos têm direito a receber dos órgãos públicos **informações de seu interesse particular**, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado”.
5. Tampouco justifica a negativa de acesso a necessidade de preservação da identidade do condutor ou do proprietário do automóvel. Com efeito, sendo a solicitação de autoria de uma das partes envolvidas, basta que se oriente a interessada a comparecer presencialmente ao local adequado, comprovando sua identidade no momento da consulta à documentação.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

6. Vale ressaltar, aliás, que o acesso às informações pessoais constantes de registros da Administração Pública já vinha assegurado, antes mesmo da Lei nº 12.527/2011, pela Lei Estadual nº 10.177/1998, cujos artigos 77 a 82 disciplinam o “Procedimento para Obtenção de Informações Pessoais”.
7. Nesse contexto, imperioso concluir que, na hipótese de existirem os referidos autos como decorrência de auto de infração lavrado em face da interessada, resta-lhe assegurado o acesso aos mesmos, independentemente das motivações do pedido, conforme prescreve o artigo 10, §3º, da Lei nº 12.527/2011.
8. Ante o exposto, considerando que o acesso aos documentos foi negado sem a apresentação de motivos aptos a caracterizar situação válida de excepcional restrição, **conheço do recurso e dou-lhe provimento**, com fundamento no artigo 20, inciso I, do Decreto nº 58.052/2012, devendo o Departamento de Trânsito - Detran, nos termos do § 2º do artigo 20 do aludido Decreto, adotar as providências necessárias com vistas a dar cumprimento ao disposto na Lei, conforme esta decisão.
9. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando-se ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 11 de agosto de 2016.


GUSTAVO UNGARO
OUVIDOR GERAL DO ESTADO